

O ensino do empreendedorismo em Portugal e algumas reflexões críticas

Teaching entrepreneurship in Portugal and some critical reflections

La enseñanza del emprendimiento en Portugal y algunas reflexiones críticas

Recebido: 16/08/2022 | Revisado: 23/08/2022 | Aceito: 31/08/2022 | Publicado: 08/09/2022

Hígor Cordeiro de Souza¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4005-0777>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Brasil
higorcordeiro@gmail.com

Resumo

Neste artigo, pretendo apresentar a ideia de intenção empreendedora e contextualizar a situação do ensino do empreendedorismo em Portugal. Com esse objetivo geral em mente, busco demonstrar, por meio de pesquisa bibliográfica, as bases e diretrizes institucionais e legais que fomentam o ensino do empreendedorismo na União Europeia, bem como destacar algumas das iniciativas e projetos relacionados à temática da educação empreendedora em Portugal. Por fim, proponho uma breve reflexão sobre a educação empreendedora a fim de debater criticamente a pertinência dessa abordagem e suas implicações enquanto projeto educacional europeu e português.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Ensino; Portugal; Reflexões críticas.

Abstract

In this article, I aim to present the idea of entrepreneurial intention and contextualize the situation of teaching entrepreneurship in Portugal. With this general objective in mind, I seek to demonstrate, through bibliographic research, the institutional and legal bases and guidelines that promote the teaching of entrepreneurship in the European Union, as well as I seek to highlight some of the initiatives and projects related to the theme of entrepreneurial education in Portugal. Finally, I propose a brief reflection on entrepreneurial education in order to critically debate the relevance of such an approach and its implications as an educational project at European and Portuguese levels.

Keywords: Entrepreneurship; Teaching; Portugal; Critical reflections.

Resumen

En este artículo, pretendo presentar la idea de intención emprendedora y contextualizar la situación de la enseñanza del emprendimiento en Portugal. Con este objetivo general en mente, busco demostrar, a través de la investigación bibliográfica, las bases y directrices institucionales y legales que promueven la enseñanza del emprendimiento en la Unión Europea, así como también busco resaltar algunas de las iniciativas y proyectos relacionados con la tema de la educación empresarial en Portugal. Finalmente, propongo una breve reflexión sobre la educación emprendedora para debatir críticamente la relevancia de tal enfoque y sus implicaciones como proyecto educativo a nivel europeo y portugués.

Palabras clave: Emprendimiento; Enseñando; Portugal; Reflexiones críticas.

1. Introdução

Já há algum tempo, o empreendedorismo deixou de ser um assunto restrito aos círculos empresariais e acadêmicos (Mendes, 2007). No campo da educação, se antes era tópico restrito à economia e à gestão, pode-se dizer que, hoje, cada vez mais outras áreas de conhecimento se interessam pela temática e buscam incluí-la em suas diretrizes ou planos de ensino (Turner & Gianiodis, 2018). No campo político, governos e organismos internacionais partem do pressuposto de que o empreendedorismo pode ser a solução para problemas sociais como o desemprego e a pobreza (Moberg et al. 2014; Santos et al., 2018; OECD, 2019); além disso, também se argumenta que, por meio da inovação empreendedora, o próprio nível de desenvolvimento, bem-estar e competitividade dos países poderia melhorar (Niwa, 2018; Ramos, Madeira & Duarte, 2020; Audretsch et al., 2007). Em resumo, propaga-se a ideia de que o desenvolvimento – econômico e social – pode ser alcançado

¹ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Professor do curso de Gestão Pública no IFRO e doutorando em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto – FEP.

por meio de inovação empreendedora e mecanismos de mercado.

Embora exista muito entusiasmo em torno do empreendedorismo e da figura do empreendedor nas sociedades e nos governos, dentro do campo acadêmico esse é um assunto extremamente complexo, interdisciplinar e com as mais variadas abordagens teóricas (Audretsch et al., 2007; Barron & Ruiz, 2021). Desde o momento de sua origem histórica até a imprecisa conceituação de seu termo, o empreendedorismo se mostra como um objeto amplo, controverso e aberto a discussões. Outro ponto é a figura do empreendedor, que, também a depender da perspectiva teórica adotada, pode se apresentar das mais variadas formas: o empreendedor pode ser considerado alguém inovador, oportunista ou heroico, um profissional liberal, um simples vendedor de rua ou mesmo um entregador de comida. Fato é que o empreendedorismo se tornou o paradigma profissional e comportamental de nossa época; por isso, instituições de direito privado, governos, organizações não governamentais (ONGs) e organismos internacionais buscam formas de promover a mentalidade empreendedora nos indivíduos e, para esta função, o ensino e a educação empreendedora são considerados ferramentas essenciais (Rae, 2010; Rodrigues et al., 2010; Moberg et al. 2014; Lackéus & Sävetun, 2018; Lima, 2019).

Em Portugal, são escassas as fontes de dados sobre empreendedorismo (Brás & Soukiazis, 2020); por outro lado, é crescente a pressão dentro e fora do país para que haja mais investimentos e incentivos ao empreendedorismo (Redford, 2006, 2008, 2013; Fernandes & Afonso, 2015; Niwa, 2018). Essa pressão para o fomento do empreendedorismo pode ser justificada, segundo autores como Silva et al. (2008), devido ao fato de Portugal ser considerado um país com inexpressivo perfil empreendedor e, portanto, com uma cultura de baixa tolerância a riscos.

A fim de responder à demanda por mais empreendedorismo, diversas ações governamentais já foram tomadas no país. Apesar da ausência de uma política nacional unificada para o empreendedorismo (Euridyce, 2016), o setor da educação já recebe atenção por meio de diversas iniciativas, tanto públicas quanto privadas (Redford, 2008; Daniel et al., 2015; Gomes et al., 2018), com o intuito de alavancar a “intenção empreendedora dos estudantes” – como, por exemplo, as iniciativas das universidades empreendedoras (Mónico et al. 2021) e os diversos projetos com foco em empreendedorismo desenvolvidos nas escolas (Gonçalves, 2020) e institutos politécnicos (Paiva et al., 2018).

No presente artigo, pretendo apresentar a ideia de intenção empreendedora e contextualizar a situação do ensino do empreendedorismo em Portugal, explicitando sua base institucional e apresentando os mais recentes estudos sobre a temática realizados no país. Com esse objetivo geral em mente, pretendo demonstrar, por meio de pesquisa bibliográfica, as bases e diretrizes institucionais que fomentam o ensino do empreendedorismo na União Europeia, bem como destacar algumas das iniciativas e projetos relacionados à temática da educação empreendedora em Portugal. Por fim, proponho uma breve reflexão sobre a educação empreendedora a fim de debater criticamente a pertinência dessa abordagem e suas implicações enquanto projeto na Europa e especificamente em Portugal.

2. Metodologia

A pesquisa que propomos é de abordagem metodológica qualitativa; como tal, rejeita os postulados do observador objetivo e neutro, e considera que o pesquisador faz parte do objeto de estudo e se envolve com ele – portanto, seu “eu” necessariamente faz parte do processo de pesquisa. Nesse cenário, portanto, não se pode considerar que um olhar distanciado seja capaz de conferir qualquer precisão metodológica absoluta, dado que mesmo um olhar esforçadamente treinado de alguma forma será influenciado pelos filtros e modelos mentais do observador. Nas palavras de Denzin (2017, p. 12, tradução nossa), “não há possibilidade de teoria ou conhecimento livre de valores. Os dias de realismo e positivismo inocentes terminaram. Os critérios para a avaliação de pesquisas são agora relativos”.

Conforme afirma Creswell (2014), pesquisadores que seguem a abordagem qualitativa guiam-se pela lógica dedutiva, com foco nos significados pessoais e sempre tendo em mente a alta complexidade dos contextos em que o objeto de pesquisa

se apresenta. Quanto aos objetivos, o estudo pode ser enquadrado como predominantemente descritivo – tendo em vista que, de acordo com Gil (2008), estudos desse tipo visam descrever as características de determinada população ou fenômeno. Quanto aos procedimentos realizados, pode-se afirmar que o presente estudo tem caráter bibliográfico por basear-se amplamente em materiais já publicados, como sites, artigos científicos e livros (Prodanov & Freitas, 2013).

3. Educação e Intenção Empreendedora

A área da educação empreendedora é um campo em expansão com amplas possibilidades para novas pesquisas (Liguori et al., 2019). Há uma grande quantidade de estudos que apontam os benefícios de promover o empreendedorismo junto aos estudantes (Banha, Saúde & Flores, 2021); dentre esses estudos, temos o trabalho de Gomes et al. (2018), que associa o ensino do empreendedorismo ao sucesso e ao bem-estar dos jovens, bem como o relaciona a uma forma de aproximar os mundos acadêmico e empresarial. Redford (2006), por sua vez, aponta a educação empreendedora como uma alternativa de segurança econômica capaz de fazer frente à dependência estatal.

Inicialmente, o ensino do empreendedorismo foi introduzido em universidades dos Estados Unidos, mas logo se espalhou pela Europa e se tornou assunto de grande interesse (Volkman, 2004). Para Redford (2006, p. 20), existem três papéis que a educação empreendedora pode desempenhar a fim de promover uma sociedade empreendedora: apresentar o empreendedorismo como alternativa profissional aos estudantes, bem como promover o modelo mental e a criatividade empreendedores; desenvolver ferramentas e habilidades empreendedoras nos alunos; e, por fim, lançar mão dos profissionais da educação para o desenvolvimento de novos conhecimentos e fomentar a geração de políticas públicas em empreendedorismo, com a finalidade de disseminar esses novos saberes para os alunos e o público em geral.

Adicionalmente, podemos afirmar que a educação empreendedora tem influenciado as escolhas das abordagens pedagógicas usadas em salas de aula (Ratten & Usmanij, 2020), que agora passam a enfatizar a ação e o “aprender fazendo”, de modo que o grande objetivo se torna a construção e a consolidação de competências. A educação empreendedora, portanto, é um tipo de educação muito mais pragmática e distante do estilo convencional (Hägg, 2017; Gonçalves, 2020), caracterizado por ser mais teórico e reflexivo (Chaves & Parente, 2011). Autores como Ramos, Madeira e Duarte (2020) advogam que a educação empreendedora deve centrar-se em transmitir aos alunos determinadas habilidades conforme a idade e o nível de desenvolvimento de cada estudante. Outros autores enxergam nesse tipo de educação uma chance para a exposição de casos concretos que servirão de base para os estudantes quando estes se depararem com oportunidades de negócios (Brandão, Paiva & Saraiva, 2018).

Logo, podemos afirmar que o foco da educação empreendedora é fazer com que os alunos tenham a capacidade de se colocar como protagonistas dos processos de mudança e assumam a responsabilidade pela geração de empregos e pela criação de novas empresas (João & Silva, 2020) – mas não só isso: o empreendedorismo, desse prisma, passa a englobar uma “visão mais holística do ser humano e suas ações”, sendo responsável por encontrar soluções inovadoras “para os antigos e novos problemas da sociedade” (Banha, Saúde & Flores, 2021, p. 108). Temos, portanto, a ideia de que se o empreendedorismo é algo que deve fazer parte das habilidades dos indivíduos, é necessário encará-lo não como um traço de nascença ou dom natural, mas como algo que pode ser cultivado e ensinado por meio da educação (Volkman, 2004; João & Silva, 2020).

Dessa forma, uma das principais preocupações das universidades é fazer com que os estudantes tenham a intenção de empreender (João & Silva, 2020). Por essa razão, as pesquisas sobre educação empreendedora têm se voltado a estudar as relações entre a educação empreendedora e o foco de trabalho que os estudantes seguem após serem expostos a tais ensinamentos (Barron & Ruiz, 2021). Embora existam estudos que afirmem que a educação empreendedora é importante para o fomento da intenção empreendedora (Ratten & Usmanij, 2020; Mónico et al., 2021), é válido salientar que esse não é um assunto pacífico, uma vez que diversos outros estudos apontam que a educação empreendedora não obrigatoriamente implica o

desenvolvimento da intenção empreendedora e que existem outros fatores a serem considerados (Parreira et al., 2017).

Estudos como o de Anne Støren (2014) demonstram que estudantes que passaram por aulas de empreendedorismo não necessariamente estarão mais propensos a empreender. Outro caso é o estudo de Lackéus & Sävetun (2018), em que se observou que pressões e políticas governamentais de incentivo à educação empreendedora não resultaram em impacto significativo na intenção empreendedora dos estudantes analisados.

Também parece razoável considerar que, embora os cursos de empreendedorismo possam levar a maiores intenções empreendedoras, nem todos os indivíduos responderão da mesma maneira, a depender de diversas variáveis como, por exemplo, a quantidade de tempo a que alguém esteve submetido à educação empreendedora (Ratten & Usmanij, 2020). Há, ainda, estudos que afirmam que a educação empreendedora serviria mais como uma motivação para aqueles estudantes que, já de partida, tinham a intenção de empreender (Mónico et al., 2021).

Assim, mesmo que a educação empreendedora não esteja por si só ligada de forma cabal e conclusiva a uma maior incidência de atividade empreendedora, conforme mostra a literatura na área, podemos notar que as universidades cada vez mais privilegiam o ensino do empreendedorismo e consideram-no como um diferencial no currículo de seus estudantes (Gonçalves, 2020). Adicionalmente, vemos que a maioria dos estudos sobre educação empreendedora apresenta uma visão positiva do assunto (Ratten & Usmanij, 2020). Independentemente de seus resultados efetivos, o que não se pode negar é que existe bastante interesse e empenho na disseminação desses conhecimentos, fato que se nota na crescente mobilização de governos e organismos internacionais para implementar a educação empreendedora como política pública, associando-a sempre ao crescimento e ao desenvolvimento econômico, social e tecnológico das sociedades.

4. A Educação Empreendedora no Contexto Europeu

Por toda a Europa, a educação empreendedora tem sido disseminada como elemento interdisciplinar, com destaque para a educação secundária e para os cursos superiores da linha de economia e gestão (Banha, Saúde & Flores, 2021). A União Europeia, por sua vez, tem reforçado o compromisso do bloco com a educação empreendedora, destacando-a como uma das oito competências essenciais para a promoção da cidadania ativa, de um estilo de vida sustentável e saudável, da realização pessoal, da empregabilidade e da inclusão social (European Commission, 2019).

Conforme aponta o relatório Eurydice (2016), a União Europeia opera um esforço para promover o empreendedorismo como diretriz básica curricular em todos os níveis de ensino e setores da vida, mantendo um fundo próprio de financiamento para essa finalidade. Ademais, o bloco busca promover a educação empreendedora em todos os níveis de escolaridade, de forma “que tanto as crianças quanto os jovens e os adultos estejam aptos a agir de forma empreendedora” (União Europeia, 2006, p. 3).

Data de 2003 o primeiro documento considerado um dos marcos regulatórios do empreendedorismo na Europa. O chamado “Livro Verde sobre Empreendedorismo” já incluía a educação como ponto fulcral para o progresso do continente e, ao longo dos anos, foi seguido de uma série de outros documentos que reafirmaram o compromisso da União Europeia com a promoção de diretrizes em favor da educação empreendedora. O Quadro 1, a seguir, retirado do relatório Euridyce (2016), apresenta os principais documentos e nos ajuda a compreender melhor a evolução das políticas educacionais voltadas ao empreendedorismo no continente.

Quadro 1 - Documentos da política europeia de educação para o empreendedorismo.

Ano	Marco da política europeia	Descrição
2003	Livro Verde sobre Empreendedorismo na Europa	O primeiro plano de ação para o empreendedorismo na Europa, incluindo a educação como fator-chave para alcançar o progresso
2006	Agenda de Oslo sobre a Educação para o Desenvolvimento do Empreendedorismo na Europa	Um conjunto de propostas que descrevem como apoiar o progresso na educação para o empreendedorismo, através de ações sistemáticas e eficazes para a UE e em nível nacional, regional e institucional
	Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida	Uma das oito competências-chave identificadas foi “o espírito de iniciativa e o espírito empresarial”
2010	A Caminho de uma maior Coerência na Educação para o Empreendedorismo	Projeto de investigação sobre a introdução de estratégias sistemáticas na educação para o empreendedorismo, incluindo a apresentação do Modelo de Progressão
2012	Plano de Ação “Empreendedorismo 2020”	Identifica a educação para o empreendedorismo como um dos três pilares para apoiar o crescimento da educação para o empreendedorismo na Europa
	Educação para o empreendedorismo nas Escolas Europeias	Um estudo da Rede Eurydice que analisa a integração da educação para o empreendedorismo nas políticas e práticas do ensino obrigatório na Europa
2014	Relatório Final do Grupo de Trabalho Temático para a Educação para o Empreendedorismo	Orientações estratégicas para que as administrações nacionais e regionais desenvolvam estratégias e práticas mais eficazes de educação para o empreendedorismo
	Conclusões do Conselho Europeu sobre o empreendedorismo na educação e na formação	Convite à Comissão Europeia e aos Estados-Membros para que promovam e incorporem a educação para o empreendedorismo nos sistemas de educação e formação
2015	Educação Empreendedora: O Caminho do Sucesso	Compilação de evidências sobre o impacto das estratégias e medidas da educação para o empreendedorismo
	Resolução do Parlamento Europeu sobre a promoção do empreendedorismo jovem através da educação e da formação	Convite à Comissão Europeia para apoiar o desenvolvimento de competências de empreendedorismo através dos seus programas e convite aos Estados-Membros para utilizar o financiamento disponível, tais como os Fundos Estruturais da UE, com vistas a promover o desenvolvimento de competências empreendedoras

Fonte: Adaptado de Eurydice (2016).

Portanto, com base nos documentos, podemos admitir que o bloco parte da premissa de que, para alavancar o desenvolvimento econômico e obter maiores níveis de empregabilidade, é necessário haver um contingente maior de empreendedores (Brandão et al., 2018). O entendimento é de que o empreendedorismo não deve ser uma característica restrita aos campos profissional e econômico, mas também deve se estender a todas as esferas da vida pessoal e ao exercício da cidadania; logo, a cultura empreendedora seria uma espécie de habilidade básica desejável para uma maior autonomia dos indivíduos. O foco na juventude fica bastante claro quando se diz que o empreendedorismo é reconhecido como uma “competência essencial para todos, uma vez que ajuda os jovens a serem mais criativos e autoconfiantes em qualquer atividade que realizem e a agirem de forma socialmente responsável” (União Europeia, 2006, p. 4).

Essas diretrizes têm como objetivo claro a criação de um ambiente o mais propício possível ao empreendedorismo; o que se busca, portanto, é a construção de uma mentalidade empreendedora (União Europeia, 2016) para que os indivíduos passem a considerar abrir o próprio negócio. Nesse contexto, a educação empreendedora tem um papel importante, pois serve para aumentar a probabilidade de êxito nos negócios e como estímulo motivacional ao apresentar os ganhos em forma de recompensa econômica e satisfação pessoal (União Europeia, 2006, p. 4).

Conforme aponta o relatório Euridyce, a União Europeia entende que:

A educação para o empreendedorismo refere-se ao desenvolvimento das competências dos aprendentes e à sua capacidade para transformar ideias criativas em ações empreendedoras. Trata-se de uma competência essencial para todos os aprendentes, que contribui para o desenvolvimento pessoal, cidadania ativa, inclusão social e empregabilidade. É relevante para o processo de aprendizagem ao longo da vida, em todas as disciplinas e para todos

os tipos de educação e de formação (formal, não formal e informal) que contribuem para um espírito ou comportamento empreendedores, com ou sem finalidades comerciais (Euridyce, 2016, p.21).

Assim, para pôr em prática seu entendimento de educação empreendedora, a principal abordagem de ensino adotada pela União Europeia baseia-se nos estudos de Heinonen e Poikkijoki (2006) e tem como ponto central munir os jovens com atitudes, conhecimentos e competências com o intuito de torná-los aptos à tarefa de empreender. O quadro 2, a seguir, detalha as três dimensões e as subdivide em categorias que representam os resultados práticos esperados por parte dos países que as aplicam (Brandão et al., 2018).

Quadro 2 - Dimensões do ensino para o empreendedorismo e suas categorias.

Atitudes	
Categoria 1	Autoconhecimento e autoconfiança: atitudes necessárias a todos os outros aspectos do empreendedorismo, envolvendo a descoberta e confiança nas capacidades individuais que, posteriormente, permitem transformar ideias criativas em ações.
Categoria 2	Tomada de iniciativa, assunção de riscos, pensamento crítico, criatividade e resolução de problemas.
Conhecimento	
Categoria 1	O conhecimento de oportunidades de carreira e do mundo laboral resultam da aprendizagem que, não sendo exclusivamente relacionados com o empreendedorismo e fazendo parte da preparação geral dos estudantes para carreiras futuras, envolvem o conhecimento da natureza e tipos de trabalho, contribuindo para a avaliação de oportunidades e ameaças.
Categoria 2	Literacia econômica e financeira, incluindo conhecimento de conceitos e processos aplicáveis ao empreendedorismo.
Categoria 3	Conhecimento sobre organização de empresas e de processos, específicos do ambiente em que o empreendedorismo se desenvolve.
Competências	
Categoria 1	Comunicação, apresentação e planejamento, assim como capacidade para trabalhar em grupo.
Categoria 2	Exploração das oportunidades de empreendedorismo, incluindo várias fases da criação de um negócio (concepção e implementação de um plano de negócios).

Fonte: Adaptado de EACEA (2012); citado por Brandão et al., (2018).

Vemos que o modelo de Heinonen e Poikkijoki (2006) busca trabalhar o empreendedorismo “de dentro para fora”, preocupando-se, inicialmente, com a construção de aspectos psicológicos e características pessoais (autoconhecimento e confiança) para depois partir para conhecimentos relacionados ao mercado de trabalho, às organizações e ao ambiente em geral; por fim, concentra-se nas habilidades de comunicação e na identificação e exploração de oportunidades.

É válido salientar que a União Europeia condiciona a continuidade de seu modelo social a um crescimento econômico apoiado no empreendedorismo e, por esse motivo, estimula a educação empreendedora como forma de viabilizar a criação de projetos e empresas inovadoras (União Europeia, 2006). Por fim, podemos dizer que o empreendedorismo é apresentado como a solução central para os problemas da chamada sociedade do conhecimento, sendo útil para tratar desde o desemprego juvenil até às crises econômicas (Euridyce, 2016, p. 17). Temos, portanto, que as diretrizes da União Europeia caminham no sentido de promover em seus países-membros um perfil de cidadão empreendedor, adaptado a um processo de constante aprendizagem (União Europeia, 2006b), responsável e apto a transformar ideias de negócios em ação (União Europeia, 2006).

5. A Educação Empreendedora no Contexto Português

Diz-se que, em Portugal, limitações culturais são um dos fatores que impedem o avanço do empreendedorismo (Mendes, 2007). A esse respeito, Silva et al. (2008) comentam que o medo de falhar e a baixa tolerância ao risco contribuem com a baixa incidência de atividades empreendedoras no país. Ademais, num famoso estudo realizado em Portugal por uma empresa norte-americana, constatou-se que 16% dos pesquisados consideravam positiva a percepção da sociedade em relação

ao empreendedorismo; tal percentagem resultou na 43ª posição para Portugal – o país ficou com a segunda pior percepção da sociedade em relação ao empreendedorismo em todo o mundo (Cardoso, 2016).

Outro dado relevante apontado pelo Relatório GEM Portugal (2016) indica que 48,9% da população portuguesa acredita possuir *know-how* suficiente para empreender; porém, o mesmo relatório aponta que apenas 28,1% das pessoas admitiram existir alguma chance de oportunidade de negócio nos próximos seis meses (a contar da data em que foi feita a pesquisa) – isso nos leva a concluir que, mesmo que se considerem aptos para empreender, os portugueses acreditam que existem poucas boas oportunidades para fazê-lo.

Tendo em vista o cenário exposto, autores como Parreira et al. (2017), Rodrigues, Raposo e Paco (2010) e Mendes (2007) acreditam que o ensino do empreendedorismo seja um caminho a ser considerado e incentivado com o objetivo de tornar a sociedade mais empreendedora e, assim, melhorar os níveis de desenvolvimento do país (Testas & Moreira, 2014; Ribeiro et al., 2017). De acordo com o Relatório Eurydice (2016), Portugal não conta com uma estratégia nacional relevante para a promoção da educação empreendedora em todos os níveis escolares; no entanto, destaca-se por participar de diversas iniciativas e projetos com vistas a promover o empreendedorismo, contando para isso com apoio governamental e de organizações externas.

Assim, mesmo não tendo uma estratégia geral traçada pelo governo, a educação e as competências empreendedoras estão presentes nos currículos e nos gabinetes das instituições de ensino superior portuguesas (Gonçalves, 2020); estas, inclusive, são apontadas como líderes na promoção de conhecimentos úteis ao empreendedorismo (Hunady, Orviska & Pizar, 2018) – e têm se preocupado em fornecer apoio adequado ao empreendedorismo e à proteção da propriedade intelectual, ao mesmo tempo que buscam fazer parcerias com incubadoras e organizações ligadas à ciência e tecnologia. O ensino empreendedor também tem recebido destaque e sido incentivado nos vários níveis de educação, de maneira formal ou mesmo informalmente (Daniel et al., 2015), de modo que se pode afirmar que há em Portugal, atualmente, uma crescente tendência de popularização do empreendedorismo junto a estudantes e à população em geral, uma vez que cursos, prêmios e diversas outras iniciativas são desenvolvidas visando despertar a “atitude empreendedora” das pessoas (Fernandes & Afonso, 2015, p. 129).

5.1 Estudos sobre educação empreendedora em Portugal

Conforme o empreendedorismo se populariza no meio acadêmico (Parreira et al., 2017), nota-se um crescente interesse dos pesquisadores em compreender especificamente as consequências da educação empreendedora em Portugal, seja nos ciclos básicos, seja nos superiores – fato que se demonstra com os estudos realizados sobre o assunto (Redford, 2006; Mendes, 2007; Rodrigues, Raposo & Paco, 2010; Testas & Moreira, 2014; Saraiva & Paiva, 2014; Ribeiro et al., 2017; Silva, 2018; Ramos, Madeira & Duarte, 2020; Brás & Soukiazis, 2020; Banha, Saúde & Flores, 2021).

Ao investigar o ensino do empreendedorismo no ciclo básico de educação, Chaves e Parente (2011) exploraram a abordagem pedagógica com foco em competências e destacaram seu caráter voltado para o empreendedorismo e o desempenho de funções práticas, em contraposição à educação formal com características mais teóricas. Ao analisar duas escolas portuguesas em que foram adotadas as práticas de educação por competências, as autoras concluem que a escola ganhou novos sentidos para alguns alunos, uma vez que aprenderam a ser empreendedores e a ver uma aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Banha, Saúde e Flores (2021), por sua vez, analisaram dois projetos desenvolvidos com estudantes em Portugal e reforçaram a ideia da positividade em promover cidadania e espírito crítico por meio do ensino do empreendedorismo. Já Ramos, Madeira e Duarte (2020), em estudo realizado na região central de Portugal, concluíram que a educação empreendedora e uma maior propensão a assumir riscos influenciaram positivamente na intenção empreendedora dos participantes de um treinamento em empreendedorismo; porém, fatores como “experiência profissional prévia” e “histórico

familiar” tiveram resultados inconclusivos.

Brás e Soukiazis (2020) estudaram as variáveis macroeconômicas que mais influenciam o empreendedorismo em Portugal e concluíram que se mostrou verdadeira afirmação de que a educação tem um papel positivo na atividade empreendedora no setor da indústria. Na mesma linha de fatores que influenciam o empreendedorismo, Parreira et al. (2017), em estudo quantitativo realizado com estudantes do ensino superior politécnico em Portugal, demonstraram que fatores do meio como “Disponibilidade de Recursos”, “Estabilidade do Negócio”, “Instabilidade Económica e Política” e “Oportunidades de Negócio” foram identificados como importantes determinantes do comportamento empreendedor.

Por fim, o estudo de Mónico et al. (2021) afirma que a educação empreendedora é importante para o fomento da intenção empreendedora no país, uma vez que, por meio da educação, é possível construir a personalidade, a competência e a intenção empreendedoras. Por essa razão, para os autores, as instituições de ensino superior deveriam agir de forma proativa a fim de estimular um ambiente de promoção da inovação e das habilidades empreendedoras.

5.2 O governo de Portugal e o ensino do empreendedorismo

Legalmente, a educação empreendedora é contemplada pelo Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho de 2012, atualizado pelo Decreto-Lei nº 91/2013, de 10 de julho de 2013, que versa sobre os currículos dos ensinos primário e secundário e inclui o empreendedorismo no espaço dedicado à “Educação para a Cidadania”. Quanto à sua especificação, foi redigida em dezembro de 2012 pela Direção-Geral da Educação no documento intitulado “Educação para a Cidadania – Orientações” (Eurydice, 2016). De acordo com o texto,

A educação para o empreendedorismo (EE) (...) visa promover a aquisição de conhecimentos, capacidades e atitudes que incentivem e proporcionem o desenvolvimento de ideias, de iniciativas e de projetos, no sentido de criar, inovar ou proceder a mudanças na área de atuação de cada um perante os desafios que a sociedade coloca (Portugal, 2012 citado por Eurydice, 2016).

Em 2006, o governo lançou uma estratégia nacional para promover o ensino do empreendedorismo denominada “Plano Nacional de Educação para o Empreendedorismo”. A estratégia foi executada até o ano de 2010 e tinha como objetivo aprimorar a atitude empreendedora de estudantes do ensino secundário (Saraiva & Paiva, 2014). Outras ações do governo incluem programas como o “Empreende Já” e o “Startup Portugal”, o primeiro destinado ao público jovem e o último com o intuito de promover um ambiente propício ao empreendedorismo em Portugal. O “Sistema de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo” (si2e) também foi uma ação promovida pelo governo; porém, desta vez, o foco era a criação de empregos por meio de micro e pequenos negócios (Silva, 2018, p. 989).

Em 2011, o governo português lançou o “Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação” (+e+i), com o objetivo de estimular a competitividade da economia e despertar o interesse da sociedade em geral e do empresariado para a inovação. Em seu documento, o programa destacava a importância de munir os estudantes, desde os mais básicos níveis, com conhecimentos e competências empreendedoras (Niwa, 2018; Banha, Saúde & Flores, 2021).

Entre 2015 e 2018, o Ministério da Educação português, em parceria com os Ministérios da Educação de Áustria, Luxemburgo e Eslovênia, desenvolveu o projeto “Youth Start – Entrepreneurial Challenges”, um projeto-piloto cujo objetivo era “promover o desenvolvimento das competências essenciais dos jovens, com o objetivo de potenciar a sua integração no mercado de trabalho e de expandir as suas perspectivas de vida” (Youth Start Project, 2018).

Por fim, é importante destacar o programa “Poliempreende”, patrocinado por diversas empresas privadas e cofinanciado pelo Fundo Social Europeu e pela iniciativa Portugal 2020. De acordo com Paiva, Alves e Sampaio (2018), o

programa conta com mais de 15 edições e pode ser considerado uma metodologia de ensino de empreendedorismo. O programa, de acordo com o site oficial:

[...]...é uma atividade da rede de instituições de ensino superior (Institutos Politécnicos, escolas superiores não integradas e escolas politécnicas das universidades), que surgiu em 2003. Esta é uma iniciativa que visa, através de um concurso de ideias e de planos de negócios, avaliar e premiar projetos desenvolvidos e apresentados por alunos, diplomados ou docentes destas instituições, ou outras pessoas, desde que integrem equipas constituídas por estudantes e/ou diplomados. O objetivo é fomentar uma cultura empreendedora e que impulse o desenvolvimento de competências por parte dos estudantes, estimulando o empreendedorismo e proporcionando saídas profissionais através da criação do próprio emprego (Poliempreende, 2019).

Vemos, portanto, que o empreendedorismo vem sendo estimulado pelo governo e pelas empresas ao longo dos anos por meio de diversas iniciativas e projetos. Tais ações reforçam o alinhamento de Portugal às diretrizes da União Europeia para a promoção do empreendedorismo e demonstram que existe um esforço contínuo em despertar o espírito e a cultura empreendedora por meio da educação – esforço este centrado especialmente na população jovem do país.

6. Algumas Reflexões Críticas

Estudos que exploram os aspectos críticos e as consequências indesejadas da educação empreendedora são escassos; são muito mais comuns estudos com uma visão positiva do assunto (Moberg et al., 2014; Bandera, Santos & Liguori, 2021). No entanto, é verdade que, aos poucos, estão aparecendo estudos menos apologéticos, dispostos a discutir o “*dark side*” do ensino do empreendedorismo (Olaison & Meier Sørensen, 2014) – como, por exemplo, os impactos psicológicos negativos causados nos estudantes (Shepherd, 2019) ou possíveis danos sociais derivados de um foco excessivamente individualista (Berglund & Verduijn, 2018).

Novas formas de ensino do empreendedorismo visam dar mais abertura para que o tema seja revisto de forma mais ampla e socialmente contextualizada, não se limitando a uma postura de identificação e execução de oportunidades de negócio (Berglund, Hytti & Verduijn, 2021). Busca-se, portanto, expandir o entendimento sobre empreendedorismo, indo além do foco em fazer dinheiro ou construir competências (Berglund, 2013), fazendo com que os interesses do aprendizado sejam guiados principalmente por curiosidade e paixão pelo conhecimento (Zawadzki et al., 2020).

O que se percebe, no entanto, é que tanto no cenário europeu quanto especificamente no caso português a educação empreendedora está distante dessas novas formas de ensino, sendo encarada de forma pouco reflexiva, com adaptações da teoria do capital humano e numa lógica de consumo de serviços educacionais (Lima, 2018). Prova disso são os documentos publicados pela União Europeia sobre o assunto, que assumem um tom invariavelmente prescritivo, informativo e raramente dedicam espaço para o debate de ideias alternativas ou para dúvidas. Nessa visão, a educação é um caminho claro e pouco plural que, por fim, culmina num tipo de “pedagogia empreendedora” (Lima, 2019).

Outro ponto crítico a ser destacado é a relação do empreendedorismo com o desemprego e os contextos de crise. A esse respeito, Brás e Soukiazis (2020) afirmam que maiores índices de empreendedorismo estão relacionados à escassez de empregos e à falta de investimentos públicos. De acordo com os autores, em Portugal as ações empreendedoras decorrem em boa parte da necessidade e, dada a sua característica instável, pouco contribuem para o desenvolvimento ou o crescimento econômico do país. O estudo ainda declara que existe uma relação inversa entre produto interno bruto (PIB) *per capita* e nível de empreendedorismo, de modo que, ao contrário do que poderia sugerir o senso comum, é nos países economicamente menos desenvolvidos que o empreendedorismo via autoemprego tem maior peso (Brás & Soukiazis, 2020).

Corroborando o estudo anterior, dados da OECD mostram que, no período de 2013 a 2017 quase um quarto dos empreendedores portugueses (23,7%) relataram que iniciaram um negócio; porém, essa alta taxa, maior do que a média da

União Europeia (20,3%), não se relaciona à eficiência da educação empreendedora, mas aos altos níveis de desemprego e às difíceis condições do mercado de trabalho português, quando comparados com outros países do bloco (OECD/European Union, 2018).

7. Conclusão

Ao longo deste artigo, procurei demonstrar como o conceito de intenção empreendedora se relaciona à ideia de educação empreendedora, muito embora também tenha destacado que mais educação empreendedora não necessariamente significa um maior nível de empreendedorismo por parte dos estudantes. Podemos constatar que o ensino do empreendedorismo tem causado impacto nas metodologias de ensino, de modo que, cada vez mais, as abordagens práticas são privilegiadas em detrimento das abordagens pedagógicas com características mais teóricas e reflexivas.

Sobre as diretrizes da União Europeia a respeito do ensino do empreendedorismo, verificou-se que essa é uma preocupação estratégica do bloco e tem sido objeto de diversos documentos, relatórios e planos de ação ao longo dos anos. Vimos que o modelo de educação preconizado é focado no tripé “atitudes, conhecimentos e competências” e busca cumprir o papel de preparar os indivíduos para a economia do conhecimento. Parte-se da premissa de que o desenvolvimento de uma mentalidade empreendedora é desejável para todos os indivíduos, contribuindo para um melhor exercício da cidadania, maior nível de empregabilidade, maior responsabilidade social e, por fim, resultando num estilo de vida mais sustentável e saudável.

Quanto ao contexto português, constatou-se que o ensino do empreendedorismo é estimulado em todos os níveis de educação, embora não exista uma política nacional efetivamente estabelecida para esse fim. Diversos projetos apoiados por iniciativas públicas e privadas foram criados com o objetivo de despertar o espírito empreendedor de estudantes e da população em geral. Como principais ações, podemos citar o “Plano Nacional de Educação para o Empreendedorismo”, lançado em 2006, o “Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação”, ou (+e+i), lançado em 2011, e ainda o projeto “Poliemprende”, voltado para institutos politécnicos e escolas superiores não integradas.

Por fim, como reflexões críticas, discorremos que raros são os estudos dispostos a explorar os aspectos indesejáveis do ensino do empreendedorismo, de forma que o campo carece de estudos que ousem questionar suas bases e apontar suas consequências indesejadas. Também destacamos que o estilo de educação empreendedora promovido pelas diretrizes da União Europeia e acolhido por Portugal abre pouco espaço para o debate e, por isso, é uma forma de educação pouco reflexiva, baseada numa lógica que enxerga os estudantes como clientes e a educação como um produto. Finalmente, apontamos a relação entre o crescimento do empreendedorismo por necessidade e a falta de oferta de empregos no mercado formal, que acaba por empurrar as pessoas rumo a um tipo de empreendedorismo “forçado”, muito característico do empreendedorismo português e que pouco contribui para o desenvolvimento econômico do país.

Como sugestões para trabalhos futuros recomenda-se que sejam investigados por meio de estudos quanti e qualitativos a relação entre desenvolvimento econômico, geração de empregos e fomento do empreendedorismo. Outra sugestão de pesquisa também poderia se dedicar a explicar os efeitos colaterais ou indesejados do empreendedorismo, dedicando-se a evidenciar possíveis contradições, desvelar posicionamentos ideológicos e contribuir com um conhecimento mais socialmente contextualizado sobre o tema.

Referências

- Anne Støren, L. (2014). Entrepreneurship in higher education: Impacts on graduates' entrepreneurial intentions, activity and learning outcome. *Education + Training*, 56(8/9), 795-813. <https://doi.org/10.1108/ET-06-2014-0070>
- Audretsch, D. B., Grilo, I., & Thurik, A. R. (Eds.) (2007). *Handbook of research on entrepreneurship policy*. Edward Elgar Publishing.

- Bandera, C., Santos, S. C., & Liguori, E. W. (2021). The Dark Side of Entrepreneurship Education: A Delphi Study on Dangers and Unintended Consequences. *Entrepreneurship Education and Pedagogy*, 4(4), 609-636. <https://doi.org/10.1177/2515127420944592>
- Banha, F., Saúde, S., & Flores, A. J. (2021). Entrepreneurship Education: A Dimension of Citizenship Education. In S. Saúde, M. Raposo, N. Pereira, & A. Rodrigues (Eds.), *Teaching and Learning Practices That Promote Sustainable Development and Active Citizenship* (pp. 107-132). IGI Global. <http://doi:10.4018/978-1-7998-4402-0.ch006>
- Barron, E., & Ruiz, L. E. (2021). Evaluating the effect of entrepreneurial programs elements on students: A scale development. *BAR-Brazilian Administration Review*, 18(2). <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2021190057>.
- Berglund, K. (2013). Fighting against all odds: Entrepreneurship education as employability training. *Ephemera: Theory and Politics in Organization*, 13(1), 717-735. <http://www.ephemerajournal.org/contribution/fighting-against-all-odds-entrepreneurship-education-employability-training>
- Berglund, K., & Verduijn, K. (2018). Challenges for entrepreneurship education. In K. Berglund, & K. Verduijn (Eds.), *Revitalizing entrepreneurship education. Adopting a critical approach in the classroom* (pp. 3-24). Taylor & Francis.
- Berglund, K., Hytti, U., & Verduijn, K. (2021). Navigating the Terrain of Entrepreneurship Education in Neoliberal Societies. *Entrepreneurship Education and Pedagogy*, 4(4), 702-717. <https://doi.org/10.1177/2515127420935444>
- Brandão, C.; Paiva, T.; & Saraiva, H. (2018). A Europa e o Empreendedorismo. In P. Parreira, T. Paiva, M. Alves, & L. Mónico (Eds.), *Competências empreendedoras no Ensino Superior Politécnico: Motivos, influências, serviços de apoio e educação* (pp. 15-32). Instituto Politécnico da Guarda. <http://www.poliempreende.com/file/Livro-Competencias-PIN.pdf>
- Brás, G. R. & Soukiazis, E. (2020). Entrepreneurship in secondary and tertiary sectors: The same determinants? *Cogent Business & Management*, 7(1). <https://doi.org/10.1080/23311975.2020.1748790>
- Cardoso, C. E. da S. (2016). *Motivações e Barreiras para a Prática do Empreendedorismo Feminino no Norte de Portugal: Um estudo exploratório*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. <http://hdl.handle.net/10400.22/9705> em 15/10/2021.
- Chaves, R. C., & Parente, C. (2011). O empreendedorismo na escola e o paradigma das competências: o caso da Junior Achievement – Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas (Online)*, (67), 65-84. <http://journals.openedition.org/spp/601>
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Sage.
- Daniel, A. D., Cerqueira, C., Ferreira, J. J. P., Preto, M. T., Afonso, P., & Quaresma, R. (2015). Universidade empreendedora no contexto português: das políticas públicas ao projeto GAPI 3. In A. D. Daniel, C. Cerqueira, J. J. P. Ferreira, M. T. Preto, P. Afonso, R. Quaresma (Eds.), *Ensino do Empreendedorismo - Teoria e Prática. Reflexão das I Jornadas do Ensino do Empreendedorismo em Portugal* (pp. 110-126). Instituto Pedro Nunes <https://bitly.com/d4mtyd>
- Denzin, N. K. (2017). Critical Qualitative Inquiry. *Qualitative Inquiry*, 23(1), 8-16. <https://doi.org/10.1177/1077800416681864>
- Eurydice - Comissão Europeia/EACEA/Eurydice (2016). Educação para o empreendedorismo nas escolas europeias. *Relatório Eurydice*. Serviço de publicações da União Europeia. [https://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=EC0216104PTN_002.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=EC0216104PTN_002.pdf)
- European Commission. Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture (2019). *Key competences for lifelong learning*. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/297a33c8-a1f3-11e9-9d01-01aa75ed71a1/language-en>
- Fernandes, J. M., & Afonso, P. (2015). Ensino de empreendedorismo no domínio do software: 6 anos de história na UMinho. In A. D. Daniel, C. Cerqueira, J. J. P. Ferreira, M. T. Preto, P. Afonso, R. Quaresma (Eds.), *Ensino do Empreendedorismo - Teoria e Prática. Reflexão das I Jornadas do Ensino do Empreendedorismo em Portugal* (pp. 129-150). Instituto Pedro Nunes. <https://bitly.com/d4mtyd>
- GEM PORTUGAL. (2016). *Estudo de avaliação sobre as dinâmicas empreendedoras em Portugal*. http://www.spi.pt/documents/studies/GEM_Portugal_2016_Report.pdf
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6ª ed.). Atlas.
- Gomes, J. H., Alves, L., Vaquinhas, M. M., Melo, R., Pato, L., & Cruz, C. (2018). O ensino superior e o empreendedorismo. In P. Parreira, T. Paiva, M. Alves, & L. Mónico (Eds.), *Competências empreendedoras no Ensino Superior Politécnico: Motivos, influências, serviços de apoio e educação* (pp. 55-64). Instituto Politécnico da Guarda. <http://www.poliempreende.com/file/Livro-Competencias-PIN.pdf>
- Gonçalves, V. (2020). Educação para o empreendedorismo e tecnologias associadas. In S. Dias-Trindade, J. A. Moreira & A. G. Ferreira (Coord.), *Pedagogias digitais no Ensino Superior*. Coleção Estratégias de Ensino e Sucesso Académico: Boas Práticas no Ensino Superior (pp. 169-193). CINEP/IPC. <http://hdl.handle.net/10198/21800>
- Hägg, G. (2017). *Experiential entrepreneurship education: Reflective thinking as a counterbalance to action for developing entrepreneurial knowledge*. (141ª ed.). MediaTryck Lund.
- Heinonen, J., & Poikkijoki, S. (2006). An entrepreneurial-directed approach to entrepreneurship education: mission impossible? *Journal of Management Development*, 25(1), 80-94. <https://doi.org/10.1108/02621710610637981>
- Hunady, J., Orviska, M., & Pisar, P. (2018). The effect of higher education on entrepreneurial activities and starting up successful businesses. *Engineering Economics*, 29(2), 226-235. <https://doi.org/10.5755/j01.ee.29.2.19069>
- João, I. M. & Silva, J. M. (2020). Developing an Entrepreneurial Mindset Among Engineering Students: Encouraging Entrepreneurship Into Engineering Education. *IEEE - Revista Iberoamericana de Tecnologias del Aprendizaje*, 15(3), 138-147. <https://doi.org/doi:10.1109/RITA.2020.3008105>

- Lackeus, M., & Sävetun, C. (2018). Assessing the Impact of Enterprise Education in Three Leading Swedish Compulsory Schools. *Journal of Small Business Management*, 57(1), 33-59, DOI: 10.1111/jsbm.12497
- Liguori, E. W., Winkler, C., Neck, H. M., & Terjesen, Siri (2019). Editorial: Special Issue on Entrepreneurship Education. *Journal of Small Business Management*, 57(S1), 4-5. doi:10.1111/jsbm.12542
- Lima, L. C. (2018). Adult and permanent education in times of crisis: A critical perspective based on Freire and Gelpi. *Studies in the Education of Adults*, 50(2), 1-20. doi:10.1080/02660830.2018.1523087
- Lima, L. C. (2019). A Pedagogia do Oprimido como fonte para a crítica ao pedagogismo opressor. *Educação, Sociedade & Culturas*, 54(1), 11-29. <http://hdl.handle.net/1822/62554>
- Mendes, A. R. de O. (2007). Apontamentos sobre a educação para o empreendedorismo em Portugal. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41(3), 285-298. https://doi.org/10.14195/1647-8614_41-3_14
- Moberg, K., Vestergaard, L., Fayolle, A., Redford, D., Cooney, T., Singer, S., Sailer, K., & Filip, D. (2014). *How to Assess and Evaluate the Influence of Entrepreneurship Education: A Report of the ASTEE Project with a User Guide to the Tools*. The Danish Foundation for Entrepreneurship – Young Enterprise. <http://encurtador.com.br/aktIX>
- Mónico, L., Carvalho, C., Nejati, S., Arraya, M., & Parreira, P. (2021). Entrepreneurship Education and its Influence on Higher Education Students' Entrepreneurial Intentions and Motivation in Portugal. *BAR - Brazilian Administration Review [online]*, 18(3). <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2021190088>
- Niwa, T. H., (2018). Exercício de análise de políticas públicas: o Programa Estratégico para o Empreendedorismo e Inovação do Governo de Portugal (Programa +e+i). *RPPI - Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, 3(2), 29-58. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2018v3n2.36882>
- OECD. (2019). *Cultivating Successful Entrepreneurs*. <https://www.oecd.org/cfe/leed/entrepreneurship.htm>
- OECD/European Union. (2018). *Inclusive Entrepreneurship Policies: Country Assessment Notes, Portugal*. <https://www.oecd.org/cfe/smes/PORTUGAL-Country-Note-2018.pdf>
- Olaison, L., & Meier Sørensen, B. (2014). The abject of entrepreneurship: Failure, fiasco, fraud. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 20(2), 193-211. <https://doi.org/10.1108/IJEBR-09-2013-0143>
- Paiva, T., Alves, L. & Sampaio, J. H. (2018). O Projeto Poliempreeende e o Projeto PIN. In P. Parreira, T. Paiva, M. Alves, & L. Mónico (Eds.), *Competências empreendedoras no Ensino Superior Politécnico: Motivos, influências, serviços de apoio e educação* (pp. 3-14). Instituto Politécnico da Guarda. <http://www.poliempreeende.com/file/Livro-Competencias-PIN.pdf>
- Parreira, P. M. S. D., Carvalho, C. M. S. de, Mónico, L. dos S., & Santos, A. S. M. de O. P. (2017). Empreendedorismo no ensino superior: estudo psicométrico da escala oportunidades e recursos para empreender. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 17(4), 269-278. <https://dx.doi.org/10.17652/rpot/2017.4.13736>
- Poliempreeende (2019). *Poliempreeende Projetos de Vocação Empresarial*. Retrieved from: <http://www.poliempreeende.com/> em 20/11/2021.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. (2ª ed.). Feevale.
- Rae, D. (2010). Universities and enterprise education: responding to the challenges of the new era. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 17(4), 591-606. <https://doi.org/10.1108/14626001011088741>
- Ramos, D., Madeira, M. J. & Duarte, F. A. P. (2020). Entrepreneurship Education and Entrepreneurial Intention: the Case of Portugal. *Ekonomika regiona [Economy of region]*, 16(1), 157-170 <https://doi.org/10.17059/2020-1-12>
- Ratten, V., & Usmanij, P. (2020). Entrepreneurship education: Time for a change in research direction? *The International Journal of Management Education*, 19(1), 100367. <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2020.100367>
- Redford, D. T. (2006). Entrepreneurship education in Portugal: 2004/2005 national survey. *Comportamento Organizacional e Gestão*, 12(1), 19-41. <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/4987/1/COG%2C%2012%281%29%2C%2019-41.pdf>
- Redford, D. T. (2008). *The state of entrepreneurship education in Portugal: an empirical study on a nascent system in the European Union policy framework* [Tese de doutorado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Portugal].
- Redford, D. T. (2013). *Handbook de Educação em Empreendedorismo no Contexto Português*. Universidade Católica Editora.
- Ribeiro, M. I., Fernandes, A., Cabo, P., & Matos, A. (2017). Empreendedorismo: perceções, atitudes e comportamentos dos alunos de uma instituição de ensino superior portuguesa. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas*, 2(2), 29-54. <https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/143>
- Rodrigues, R. G., Raposo, M. F., & Paco, A. M. (2010). Entrepreneurship education and the propensity for business creation: testing a structural model. *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 9(1), 58-73. DOI: 10.1504/IJESB.2010.029506
- Santos, S. C., Neumeyer, X., & Morris, M. H. (2018). Entrepreneurship education in a poverty context: An empowerment perspective. *Journal of Small Business Management*, 57, 6-32. <https://doi.org/10.1111/jsbm.12485>
- Saraiva, H., & Paiva, T. (2014). Entrepreneurship education in Portugal – Considerations on the topic and its development environment. *HOLOS*, 6(1), 3-15. doi: <https://doi.org/10.15628/holos.2014.2587>

- Shepherd, D. (2019). Researching the dark side, downside, and destructive side of entrepreneurial action: It's the compassionate thing to do. *Academy of Management Discoveries*, 5(3), 217-220. <https://doi.org/10.5465/amd.2018.0194>
- Silva, A. A. da (2018). No sinuoso trilho do empreendedorismo: financeirização e políticas de ativação do mercado de emprego. *Análise Social*, 229(4), 984-1009. <https://www.jstor.org/stable/26589937>
- Silva, M. A. O. M. D., Correia, M. F., Scholten, M., & Gomes, L. F. A. M. (2008). Cultura nacional e orientação empreendedora: Um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. *Comportamento organizacional e gestão*, 14(1), 65-84. <https://core.ac.uk/download/pdf/70647802.pdf>
- Testas, C. P., & Moreira, F. R. (2014). O empreendedorismo no ensino superior. *Gestão e Desenvolvimento*, 22(1), 139-163. <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2014.261>
- Turner, T., & Gianiodis, P. (2017). Entrepreneurship Unleashed: Understanding Entrepreneurial Education outside of the Business School. *Journal of Small Business Management*, 56, 131-149. <https://doi.org/10.1111/jsbm.12365>
- União Europeia (2006). Comissão das Comunidades Europeias. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões. *Aplicar o Programa Comunitário de Lisboa: promover o espírito empreendedor através do ensino e da aprendizagem*. Bruxelas.
- União Europeia (2006b). *Decisão 2006/1720/CE do parlamento europeu e do conselho de 15 de novembro de 2006 que estabelece um programa de acção no domínio da aprendizagem ao longo da vida*. <https://bitly.com/2AmRmx>
- União Europeia (2016). Comissão Europeia. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões. *Uma nova agenda de competências para a Europa: Trabalhar em conjunto para reforçar o capital humano, a empregabilidade e a competitividade*. Bruxelas. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52016DC0381>
- Vieira, A. R. O. (2017). *Fortalecer a Educação para o Empreendedorismo nas Instituições de Ensino Superior: Poliempreende – Polientrepreneurship Innovation Network* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/84051>
- Volkman, C. (2004). Entrepreneurial studies in higher education. *Higher Education in Europe*, 29(2), 177-185, DOI: 10.1080/0379772042000234802
- Youth Start Project (2018). *Sobre o Youth Start*. <http://www.youthstart.eu/pt/about/>
- Zawadzki, M., Jałocha, B., Mazurkiewicz, G., Pluszyńska, A., & Praweńska-Skrzypek, G. (2020). Unrooting Management Education and Entrepreneurial Self From Neoliberal Demands: An Action Research Approach. *Entrepreneurship Education and Pedagogy*, 3(3), 265-290. <https://doi.org/10.1177/2515127420912399>